



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

☐ **REQUERIMENTO** Número / (.^a)

☐ **PERGUNTA** Número / (.^a)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

O aproximar da época de incêndios levanta, para a Iniciativa Liberal, preocupações muito sérias relativas à capacidade do Governo na sua preparação. Estas preocupações abrangem desde a efetiva preparação do dispositivo à coordenação das diversas entidades no combate aos incêndios, passando pelos efeitos imateriais e materiais destes, que são extremamente nefastos para as populações. Os meios, o território, a coordenação e gestão de dispositivo são conhecidos, não se podendo alegar, futuramente, desconhecimento ou falta de tempo. É um tema em relação ao qual o Governo tem falhado demasiadas vezes para que seja tolerada mais uma falha.

Entre alertas de entidades no terreno e críticas do Tribunal de Contas, inclusivamente quanto à estratégia de defesa da floresta contra *incêndios*, urge o esclarecimento cabal da situação atual do combate aos incêndios.

A informação mais recente confirma que a Proteção Civil declarou que o Ministério das Finanças não tinha disponibilizado o necessário reforço orçamental para fazer face às despesas de junho, tendo o Governo corrido a desbloquear as verbas após notícias. A situação financeira é tão má que nem os salários dos que combatem os incêndios estarão garantidos.

A Iniciativa Liberal considera uma inaceitável inversão de prioridades que o Governo decida injetar milhares de milhões de euros na TAP enquanto falha sistematicamente nas suas funções essenciais, como a defesa de pessoas e bens contra os incêndios.

Para além disso, a Iniciativa Liberal está preocupada quanto à necessária possibilidade de utilização dos aeródromos civis pelas aeronaves de combate a incêndios. Perante a necessidade de certificação ou autorização de utilização das infraestruturas utilizadas por meios aéreos de combate a incêndios ou outros fins de proteção civil até 31 de julho, sem as quais terão de cessar as suas operações. Por isso, urge a confirmação de que teremos aeródromos operacionais em quantidade suficiente durante toda a “época de incêndios”.

Não se podem deixar os bombeiros à sua sorte e esperar que tudo corra pelo melhor para os podermos chamar de heróis. Também não se pode, perante a incompetência na gestão de meios, alegar que é um tema tabu. A Iniciativa Liberal, defendendo o valor supremo da vida humana, e ciente dos efeitos devastadores dos incêndios sobre bens, atividades económicas e sociais e o próprio património imaterial das populações, solicita ao Governo o esclarecimento

cabal quanto ao estado de preparação do dispositivo de prevenção e combate aos incêndios. Em 2017 o Estado falhou fortemente a vários níveis, da prevenção ao combate, terminado no apoio às vítimas e na gestão do território.

Assim, com o objetivo de compreender a atuação do Governo relativa ao combate aos incêndios, para que uma vez mais o Estado não falhe, solicitamos resposta às seguintes questões:

1. Considerando que o calendário e os recursos são conhecidos, não se encontrando qualquer justificação para a situação de tesouraria atual, pode o Ministério da Administração Interna ou Ministério das Finanças, ou ambos, garantir a disponibilização das verbas em falta, nomeadamente as verbas para o pagamento de salários a tempo?
2. Tendo os bombeiros alertado para a falta de kits de protecção disponíveis para as necessidades de COVID, estão essas necessidades devidamente identificadas e supridas?
3. Alegando necessidades devido à pandemia, a Proteção Civil concedeu, pela primeira vez, autorização para que bombeiros estagiários estejam na primeira linha no combate a incêndios rurais. Tendo em consideração que esta medida está longe de ser consensual e que houve uma interrupção nos normais programas de formação de estagiários, está o governo em condições de garantir que estão efectivamente reunidas as condições operacionais, de segurança e de formação adequadas para a actuação destes bombeiros?
4. Os meios, o território, a coordenação e gestão de dispositivo são conhecidos, não se podendo alegar futuramente desconhecimento ou falta de tempo. Está o dispositivo pronto para gerir os incêndios neste ano?
5. Em particular, quantas infraestruturas estão disponíveis para utilização por meios aéreos de combate a incêndios ou outros fins de protecção civil e quantas o estarão a partir de 31 de julho?
6. Pode o Estado, central e local, assegurar que com o modelo atual todas as partes públicas e privadas, têm as condições e responsabilidades para garantir a limpeza do território?

Palácio de São Bento, 6 de julho de 2020

Deputado(a)s

JOÃO COTRIM DE FIGUEIREDO(IL)